

Dilemas brasileiros

ECONOMIA · BRASIL

AUGUSTO MARZAGÃO
JORNALISTA

O crescimento econômico acelerado com taxas expressivas (5%, 6%, 7%) dos países emergentes, particularmente no caso do Brasil, é considerado pela maioria das pessoas um valor absoluto, uma verdade indiscutível, uma opção inexorável. Só o crescimento sustentado do PIB será capaz de gerar recursos suficientes para atender as demandas progressivas do avanço econômico e social, gerando a renda bem distribuída que abre espaços para a empregabilidade formal, a inclusão das camadas pobres da população na sociedade bem assistida com níveis civilizados de desenvolvimento humano e todos os direitos da cidadania e da verdadeira democracia.

Entretanto, por mais paradoxal que pareça, uma onda de crescimento desacompanhada de uma série de pressupostos e ambiências de equilíbrio pode transformar-se numa realidade crítica na trajetória dos países emergentes. Os impulsos do crescimento precisam de sustentáculos preexistentes ou por serem ainda criados ou ampliados. Do contrário surgem no caminho os temidos gargalos e pontos de estrangulamento e, pior ainda, as ameaças de colapso, seja nas rotas de circulação, seja de escoamento dos bens produzidos para os mercados interno e externo.

A economia brasileira conseguiu equilibrar-se nos últimos anos sobre sólidos fundamentos e já nem precisa mais do monitoramento do FMI, que acabou se afastando do nosso cenário de forma pacífica e serena. Ninguém mais entoa a cantilena de que o país vai quebrar. Criou-se, porém, o temor resultante de um choque a médio ou mesmo curto prazo entre as exigências crescentes do sucesso desenvolvimentista e a possibilidade de se responder em tempo hábil a essa pressão com as condições estruturais necessárias, algo que representa um volume extraordinário de recursos governamentais e de investimentos privados nacionais e estrangeiros.

Estão em causa nesse contexto problemas agudos como o da oferta energética (hidrelétrica, termelétrica, atômica, eólica e outras alternativas), o da infra-estrutura rodoviária e ferroviária, o da expansão e modernização dos portos, estradas e tantos outros desafios que infelizmente não conseguiram acompanhar a evolução dos setores produtivos e das próprias necessidades de uma população ainda em ritmo de crescimento forte e desarmônico. Para dar um exemplo, uma superprodução da safra de soja poderá provocar um engarrafamento de 100km dos caminhões de transportes no rumo do porto paranaense de Paranaguá. Como se não bastasse, nossos portos sofrem com o anacronismo dos equipamentos e a mão-de-obra corporativista, que continua

resistindo a todas as tentativas de racionalização, provocando assim um aumento excessivo de custos operacionais.

Não faltam dilemas no curso do nosso desenvolvimento. Veja-se o que acontece se considerarmos de um lado a expansão desordenada dos nossos centros urbanos, que hoje abrigam 80% da população, e o tumultuário e interminável projeto de reforma agrária que se transformou, em grande parte, num foco de tensões sociais e não conseguiu ainda demonstrar os seus prometidos melhores frutos. Nas grandes cidades, o fantasma da favelização e da marginalização urbana em geral somente conseguem favorecer a pobreza, o déficit habitacional e a criminalidade.

E, quanto à questão agrária e rural, muitos fazem hoje a seguinte indagação: o melhor será uma política para os agricultores sem-terra com a seqüela das invasões de fazendas e os conflitos não raro sangrentos, ou partir para um programa de eficiente assistência aos pequenos agricultores com terra, vocacionados para o cultivo agrícola e com grande experiência nessa área produtiva. O que não faz sentido, nem leva a lugar algum, é mantermos o dilema que confronta o Brasil urbano e o Brasil rural em termos tão radicalizados de desigualdade. Impõe-se abrir portas de comunicação, de interação, de solidariedade social (não ideológica) e humana. As cidades e o campo fazem parte da mesma identidade nacional.